

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editora SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilham um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Paulo Cesar Gomes é Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela UFF, doutor e mestre em História Social pela UFRJ, com período de doutoramento-sanduiche no IHEAL. É pesquisador do Grupo de Estudos sobre Ditadura Militar na UFRJ e do Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF (NEC-UFF). É fundador e editor-chefe do site “*História da Ditadura*” e do projeto “*História em Quarentena*”. Autor dos livros: *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem*; *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do Golpe à Anistia*.

Paulo César Gomes

Alexander Braz
João Teófilo

Há características estruturais da sociedade brasileira, como o autoritarismo e o conservadorismo, que, em determinados momentos da história, ficam mais evidentes. Isso não significa que nós estamos voltando a viver o período da ditadura, mas decerto estamos passando por um período em que práticas e discursos autoritários tanto do governo como de certos setores da sociedade estão bastante fortalecidos.

Território Científico (TC): Fale-nos sobre sua experiência pessoal em seu campo de atuação.

Paulo César Gomes: Comecei a graduação em História em 2000, na Universidade de Brasília (UnB). Nesse período, eu fazia duas atividades paralelas: eu era bailarino clássico em formação e cursava História. Estudei durante um ano e meio na UnB. Em 2002, eu vim para o Rio de Janeiro com o intuito de seguir os estudos na área de dança clássica. Fui aprovado na seleção para integrar a Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, vinculada ao Theatro Municipal do Rio. Eu pretendia seguir essa formação, mas durante o primeiro ano de estudo, percebi que não era o que eu queria.

Em 2004, retomei o curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Logo no primeiro período, tive aula com Carlos Fico, que era professor de Teoria e Metodologia. Quando soube que ele tinha um grupo de estudos sobre ditadura militar, pedi para participar. Nessa época, ocorriam encontros periódicos. Foi quando come-

cei a ter contato com os temas de ditadura de maneira mais aprofundada e a entender as perspectivas historiográficas, pois eu era muito iniciante. O grupo era integrado tanto por alunos da graduação, mas também por outros que ele já orientava no mestrado e no doutorado.

Na UFRJ, existe um sistema de laboratórios de pesquisa, então, no final de cada semestre, tínhamos que entregar uma avaliação. Com essas avaliações, fui descobrindo por qual área me interessava mais. Foi um período em que as fontes da ditadura passaram a ser mais trabalhadas, embora não houvesse tanta documentação liberada como há hoje. Comecei a ver o que era possível pesquisar quando surgiu uma bolsa de Iniciação Científica. A definição do meu objeto de estudo teve início a partir da análise dos documentos da ditadura, dos documentos dos órgãos de informações, tentando entender como esses órgãos percebiam a atuação da Igreja Católica no período. Como todo mundo que começa uma pesquisa, a gente vai Tateando, vai lendo, tendo acesso às fontes. Então, a delimitação de um objeto é muito difícil e acontece a partir do contato com as fontes, com as leituras, vendo o que já foi muito explorado e o que não. Como orientador, o Fico ia sugerindo temas que ele achava que ainda deveriam ser trabalhados. Normalmente, os historiadores experientes acabam tendo um projeto amplo de pesquisa. Então, ele tinha um grande projeto que era analisar a ditadura a partir da visão do Estado, mais especificamente das múltiplas facetas do aparato repressivo. Para ele, investigar as ações dos grupos de resistência ou trabalhar com a memória dos resistentes, o que era muito comum na época, não traria muitas novidades. Hoje eu consigo perceber como essa visão era muito acertada.

Com o andar desses estudos, acabei definindo, já na monografia, que iria trabalhar com o tema da perseguição da ditadura aos bispos católicos que se opunham ao regime. Comecei a direcionar a pesquisa, porque precisava fazer um recorte. Essa questão do recorte temático é sempre muito difícil de ser feita por todo pesquisador iniciante, pois nossa tendência é sempre querer abarcar tudo. A definição do tema de pesquisa foi muito pautada pela orientação do Fico, pois ele observava que era um assunto ainda carente de estudos que fugis-

sem da lógica dicotômica entre repressores e vítimas. Esse ponto de vista pautou por muito tempo os estudos sobre a ditadura militar, no sentido de um Estado que reprime e de uma sociedade que resiste. Essa perspectiva foi sendo complexificada a partir dos estudos do próprio Fico, do Daniel Aarão Reis, do Marcos Napolitano, do Rodrigo Patto Sá Motta e outros. Esse trabalho gerou, em 2007, a monografia *A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a ditadura militar: a luta pelos direitos humanos e a comunidade de informações (1971-1979)*, que era muito mais uma discussão historiográfica, tendo em vista que não fiz um uso massivo de fontes primárias.

TC: Fale-nos um pouco sobre sua principal pesquisa.

Paulo César Gomes: Esse mesmo tema eu levei para o mestrado, que foi uma continuidade da monografia de graduação. Na dissertação, eu analisei de que maneira os órgãos de informações da ditadura observavam as ações dos bispos católicos, sobretudo os opositores. Isso porque alguns bispos não só apoiavam o regime, como também denunciavam religiosos que consideravam subversivos, incluindo outros membros do episcopado. Há casos de bispos que davam aulas para os militares, ensinando-os como identificar um eclesiástico “comunista”. No entanto, meu foco principal era observar de que forma, por meio da Comunidade de Informações, a ditadura tentava impedir que os bispos considerados “progressistas” denunciassem, no Brasil e no exterior, os arbítrios do regime – como a prática de tortura –, as desigualdades sociais, os conflitos agrários, entre outros. Essa investigação acabou resultando no meu trabalho de mestrado que, depois, foi publicado em livro, cujo título é *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*¹.

Antes do doutorado, eu dei uma pausa. Optei por não encadear mestrado e doutorado, prática que acontecia com muita frequência em razão das bolsas de fomento à pesquisa. A gente não tinha trabalho, então acabava emendando para ter a garantia de uma renda e continuar pesquisando. Hoje em dia, com o caos que está a Educação, talvez esse comportamento mude, porque as bolsas são cada

1 GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

vez mais raras e a tendência é haver a necessidade de se ter outro trabalho para poder se dedicar paralelamente à pesquisa acadêmica. Durante essa pausa, percebi que não queria estudar mais nada relacionado à Igreja Católica. O tema foi muito mais uma consequência de debates dentro do grupo de pesquisa do que propriamente um gosto pessoal. Era um objeto pouco estudado, foi sugestão do orientador e eu tinha uma bolsa. Foi basicamente isso.

Depois de dois anos fora da academia, comecei a construir outro projeto. Conversei com o Fico sobre o que eu poderia estudar. Inicialmente, eu queria pesquisar algo relacionado ao campo cultural. Montei um projeto de doutorado sobre poesia marginal nos anos 1970. Digo isso para mostrar como nossos interesses de pesquisa podem mudar muito e por razões variadas. Da mesma forma que uma pessoa entra na faculdade, começa um curso, percebe que não é nada daquilo que imaginava encontrar e resolve iniciar outra formação; esse processo também acontece com o pesquisador. Você está estudando determinado tema, perde o estímulo para continuar se dedicando a ele e resolve buscar outro objeto. Então, eu fiz um projeto sobre poesia marginal na ditadura. Era um projeto que não tinha nenhuma relação com o que eu tinha estudado até aquele momento, mas me permitiu ser aprovado na seleção do doutorado na UFRJ.

Da mesma forma que uma pessoa entra na faculdade, começa um curso, percebe que não é nada daquilo que imaginava encontrar e resolve iniciar outra formação; esse processo também acontece com o pesquisador. Você está estudando determinado tema, perde o estímulo para continuar se dedicando a ele e resolve buscar outro objeto.

Na primeira disciplina do curso, em que a gente tem que reformular o projeto, comecei a analisar meu objeto e me dei conta de que o tema não me agradava. Em um mês, elaborei outro projeto no qual propunha estudar a atuação dos exilados brasileiros na França e como a ditadura lidou com esses indivíduos e com as denúncias que faziam contra o governo. Quando dei início à pesquisa, notei que o tema poderia ser um pouco restrito para desenvolver uma tese, além

de observar que já havia trabalhos importantes sobre isso. Assim, mais uma vez, reelaborei minha proposta e fiz um terceiro projeto, que foi o que desenvolvi ao longo dos quatro anos de doutorado. Era um projeto mais amplo, que não abandonava a questão dos exilados, mas buscava tratar das relações entre o Brasil e a França durante toda a ditadura. O recorte cronológico foi desde o período do golpe até 1979, por conta da Lei de Anistia e por ser um momento em que os brasileiros exilados começaram a retornar. O motivo que me fez escolher a França foi o fato de Paris ter sido a capital europeia que recebeu o maior número de exilados brasileiros. Portanto, eu queria entender se as denúncias que os exilados faziam contra a ditadura no exterior exerciam algum tipo de pressão no governo francês para que ele se posicionasse publicamente contra o regime militar.

Como eu pesquisei a fundo a documentação diplomática, comecei a notar, com muita clareza, que nos documentos secretos existia um discurso que não correspondia aos posicionamentos públicos da França com relação ao Brasil. Então, muitas vezes, a maneira como um país se posiciona publicamente não evidencia o que se sabe de fato. Os diplomatas franceses sabiam que, além da tortura, ocorriam diversas outras violações dos direitos humanos por parte de nossos governantes, mas a decisão oficial do governo francês foi de nunca se posicionar contra o Brasil. Consultei não apenas os documentos do Itamaraty, mas também os documentos dos órgãos brasileiros ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e, durante um ano na França, pesquisei os documentos diplomáticos franceses. Minha tese foi resultado do entrecruzamento de todas essas fontes brasileiras e francesas.

A conclusão geral do trabalho foi que, de fato, o governo francês nunca se posicionou oficialmente contra o Brasil porque eles recorriam a um princípio das relações entre Estados, que é a não interferência nos negócios internos de outro país. A gente sabe que isso é uma decisão política, porque é comum que países interferiram em questões internas de outros quando seus interesses estão em jogo. No caso do Brasil, havia a intenção de não interferir porque os franceses tinham a necessidade de manter relações estáveis com nosso país, já que havia um interesse comercial muito grande, com

destaque para a venda de armamentos militares. A França, até hoje, é uma das maiores fabricantes mundiais de armamentos militares. Nessa época, havia um entusiasmo de fazer a venda de caças supersônicos para o Brasil, os famosos *Mirage*, e que de fato foi feita. Essa transação, curiosamente, foi efetuada quando o embaixador do Brasil na França era o general Aurélio de Lira Tavares² – que era Ministro do Exército e que governou o Brasil, ocupando o cargo da presidência junto aos ministros da Aeronáutica e da Marinha quando Costa e Silva ficou doente e depois morreu. No período entre o afastamento de Costa e Silva e a chegada de Emílio Garrastazu Médici ao poder, os três presidiram o país. Depois disso, Lira Tavares foi nomeado embaixador em Paris. A negociação dessa compra foi muito propagandeada pela ditadura. Quando os aviões chegaram, eles foram apresentados à sociedade brasileira no tradicional desfile de 7 de setembro. A conclusão geral é que, com o início da ditadura, o Brasil passou a representar uma grande oportunidade para o fortalecimento das relações comerciais franco-brasileiras. Depois que esse trabalho foi defendido, ele também foi publicado no formato de livro com o título *Liberdade vigiada. As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do Golpe à Anistia*³.

TC: Qual a importância da sua obra na historiografia sobre o tema da ditadura e qual metodologia de pesquisa você usou para a elaboração desses trabalhos?

Paulo César Gomes: Tanto *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira* quanto *Liberdade vigiada* foram orientados pelo Carlos Fico. Estes trabalhos têm uma característica em comum: a análise da perspectiva do Estado, sobretudo dos órgãos repressivos. Buscam, portanto, escapar da análise dos testemunhos das vítimas, enfatizando a narrativa de quem perseguiu, torturou e tentou reprimir de múltiplas formas as atividades de oposição. Procurei construir meus trabalhos a partir da visão do Estado e, nesse sentido, tanto minha disserta-

2 Aurélio de Lima Tavares foi General do Exército Brasileiro e foi membro da Junta Provisória que governou o Brasil entre 31 de agosto a 30 de outubro de 1969, após a morte do presidente Costa e Silva. Ver: TAVARES, Lira (s/d). *Verbete*. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aurelio-de-lira-tavares>. Acesso em: 20 jul. 2020.

3 GOMES, Paulo César. *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do Golpe à Anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

ção quanto a tese acabam reforçando essa historiografia que busca compreender os modos de atuação do aparato repressivo. Embora a gente tenda a ver os diferentes componentes da repressão, como censura, espionagem e polícia política, sobretudo a censura, com um tom jocoso – algo como “*Ah, os censores eram burros!*” –, quando a gente vai ver as fontes, nota-se que existia burrice, mas existia também uma sofisticação. Não era simplesmente como aquela ideia disseminada no senso comum de um agente que apreendeu um livro de literatura por ter uma capa vermelha e considerá-lo comunista. Se isso existiu? Existiu, mas não é o que realmente importa. Havia grande complexidade nas diversas vertentes do aparato repressivo. Os agentes passavam por uma formação na qual aprendiam a como espionar, como fazer escutas telefônicas, como perseguir pessoas... as próprias técnicas de tortura eram estudadas. Nesse sentido, acho que é essa a contribuição dos meus trabalhos: reforçar uma historiografia que tenta entender os mecanismos que o Estado construiu para reprimir e impor seu pensamento autoritário à sociedade brasileira. E autoritário não só no sentido estritamente político, mas também nos sentidos moral e comportamental, pois existia não só uma tentativa de enquadrar a sociedade em moldes conservadores e eliminar tudo que fosse visto como de esquerda – temos que lembrar que vivíamos na época da Guerra Fria –, mas, ao mesmo tempo, buscava-se reprimir o que era visto como fora dos padrões morais da família tradicional. Novamente, no Brasil atual, a gente vê isso acontecer. Com isso, surge com força o discurso de que a história se repete. Não, a história não se repete, mas existem algumas marcas que permanecem. Isso que o Rodrigo Patto Sá Motta chama de cultura política. Há características estruturais da sociedade brasileira, como o autoritarismo e o conservadorismo, que, em determinados momentos da história, ficam mais evidentes. Isso não significa que nós estamos voltando a viver o período da ditadura, mas decerto estamos passando por um período em que práticas e discursos autoritários tanto do governo como de certos setores da sociedade estão bastante fortalecidos.

No caso mais específico da minha tese, a ideia mais recortada veio da pesquisa que resultou no livro *Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)*, publicado em 2017,

do historiador João Roberto Martins Filho⁴. Ele já tinha apontado que faltavam trabalhos sobre as relações do Brasil com as democracias europeias durante a ditadura em comparação aos inúmeros trabalhos sobre os Estados Unidos. A partir desse livro, eu pensei em fazer algo parecido, mas voltado para a França. Então, a minha tese é um trabalho de História, mas que também dialoga com a história das Relações Internacionais.

TC: O que aconselharia para um pesquisador iniciante neste campo?

Paulo César Gomes: Existe uma perspectiva no senso comum escolarizado de que não há mais nada a se dizer sobre a ditadura. E a gente que pesquisa vê, claramente, que ainda há muitas questões que faltam ser pesquisadas e aprofundadas. Do ponto de vista do que eu estudo, observo, por exemplo, que as relações do Brasil com o exterior são muito pouco estudadas. Focou-se, inicialmente, nos Estados Unidos, que, de fato, foi o país com a importância mais significativa no momento do golpe, que apoiou de fato, inclusive financeiramente. Além disso, ao longo do século XX, foi um país que teve muita re-

Há características estruturais da sociedade brasileira, como o autoritarismo e o conservadorismo, que, em determinados momentos da história, ficam mais evidentes.

Isso não significa que nós estamos voltando a viver o período da ditadura, mas decerto estamos passando por um período em que práticas e discursos autoritários tanto do governo como de certos setores da sociedade estão bastante fortalecidos.

levância para o Brasil, tanto pela proximidade geográfica, quanto pela Doutrina Monroe,⁵ que lidou com o continente americano como uma área de domínio dos EUA, ideia ainda hoje muito presente. Assim, no que concerne à ditadura, as relações do Brasil com os países comunistas, por exemplo, ou mesmo o posicionamento de representantes diplomáticos brasileiros em organismos internacionais são temas ainda pouco explorados. Portanto, para aqueles que se

4 MARTINS FILHO, João Roberto. **Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)**. Curitiba: Ed. Prismas, 2017.

5 A Doutrina Monroe foi desenvolvida a partir de 1923, pelos Estados Unidos, na tentativa de impedir a manutenção ou uma possível recolonização do continente americano por parte das nações europeias.

interessam por temas historiográficos que tangenciam o campo das relações internacionais, esses seriam meus principais apontamentos. Mas claro que se pensarmos em uma perspectiva temática mais ampla, há inúmeras outras questões relevantes e pouco conhecidas que poderiam se tornar objeto de investigação de historiadores. Eu destacaria, como exemplo, pesquisas que analisem o cotidiano de pessoas comuns no período ditatorial. Estima-se que cerca de 300 mil pessoas foram monitoradas pelos órgãos de espionagem ligados ao SNI. Esse é apenas um dos indícios que comprovam a intenção da ditadura de manter a sociedade brasileira de modo geral sob controle, e não apenas aqueles grupos ou indivíduos habitualmente vistos como opositores.

TC: Retomando o assunto sobre o seu livro *Liberdade Viglada*. Você utilizou um enorme acervo documental, tanto francês quanto brasileiro, para traçar a intensa colaboração entre o estado ditatorial e a democracia francesa na vigilância aos exilados brasileiros. É possível afirmar se existem novos caminhos para o estudo das relações diplomáticas brasileiras nesse período?

Paulo César Gomes: Ainda há muito a ser estudado. Vários países de grande importância no cenário internacional não foram analisados de maneira aprofundada para ver como se posicionaram diante do golpe e da ditadura militar. Há dois temas que eu particularmente tenho vontade de pesquisar, embora demandem muito esforço e tempo: o primeiro, são os países comunistas, como foram as relações do Brasil com esses países na época da ditadura, sobretudo do Leste Europeu, mas também a China. A documentação mostra que havia um trânsito de brasileiros para esses países. Essas pessoas eram monitoradas, inclusive era preciso justificar o porquê de uma viagem à Alemanha Oriental ou à China, por exemplo. Isso está documentado, mas ainda não existe uma pesquisa propriamente historiográfica sobre o tema. Outro trabalho que eu acho muito interessante, como já mencionei, seria pesquisar como os diplomatas brasileiros atuaram nos órgãos internacionais durante a ditadura, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e todos os seus braços que estão espalhados ao redor do mundo, Organização das Nações Unidas

para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) etc. Seria interessante entender qual discurso esses diplomatas usaram para continuar representando o Brasil em um momento em que a imagem externa do país estava extremamente maculada, sobretudo pela questão da tortura e do massacre da população indígena.

TC: Quais são as principais dificuldades enfrentadas para a produção do conhecimento no seu campo de atuação?

Paulo César Gomes: As dificuldades gerais, não só do meu campo de atuação, mas de maneira ampla, são os obstáculos que encontramos para continuar fazendo pesquisa em um país que valoriza tão pouco a produção científica. Entendo que ter uma bolsa de pesquisa deveria ser um direito, mas há uma tendência de ver esse estímulo à produção de conhecimento como um privilégio. No contexto atual, cada vez menos pesquisadores têm acesso a algum tipo de financiamento. Isso acaba fazendo com que essas pessoas tenham que procurar outras formas de sobrevivência e muitas acabam abandonando a carreira acadêmica ou decidem buscar oportunidades em outros países. Dessa forma, muita gente que poderia enriquecer a produção não só historiográfica, mas científica de forma geral, acaba tendo seus trabalhos de pesquisa prejudicados, se não impedidos. Então, acho que essa é a principal dificuldade enfrentada por todos os pesquisadores. Eu poderia apontar ainda a falta de reconhecimento social por quem se dedica à pesquisa histórica. É muito comum que, em algum momento da vida, nos deparemos com uma pergunta constrangedora vinda de familiares ou mesmo de amigos: *“Quando você vai começar a trabalhar?”*. Aos olhos do senso comum, estamos sempre na condição de estudantes, como se pesquisar não fosse propriamente um trabalho. Então, há uma desvalorização social da produção de conhecimento.

TC: Quais as principais dificuldades que você apontaria na obtenção e no trato com as fontes?

Paulo César Gomes: De maneira mais específica, no caso da ditadura, uma dificuldade que eu vivi e que, nesse ponto, talvez seja uma das poucas coisas que tenham melhorado nos últimos anos, é

o acesso às fontes. Talvez minha geração seja a primeira que tenha tido um acesso mais livre aos documentos da ditadura. Nesse sentido, não se pode deixar de ressaltar a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/11), que foi um grande feito do governo de Dilma Rousseff, ao lado da Comissão Nacional da Verdade. O acesso às fontes sempre foi uma grande dificuldade para os pesquisadores de temas ligados à ditadura militar. Isso melhorou muito, mas não sabemos se vai continuar assim, pois já houve tentativas por parte do governo de Jair Bolsonaro de diminuir o poder da Lei de Acesso por meio de um decreto, que acabou sendo derrubado judicialmente. De todo modo, mesmo com essa facilidade de acesso às fontes que foi sendo construída nos últimos anos, há o caso específico do Itamaraty, um órgão que tradicionalmente busca dificultar as investigações com base em documentos diplomáticos, sobretudo os sigilosos. Em um determinado momento da minha pesquisa doutoral, precisei acessar os documentos classificados como ultrassecretos pelo Itamaraty e tive minha solicitação negada. Essa decisão só foi revertida quando recorri à Lei de Acesso à Informação.

Acho importante também ressaltar que lidar com fontes produzidas por órgãos ligados ao aparato repressivo exige muito cuidado. Não há dúvida de que o trabalho com qualquer tipo de fonte exige que se faça um trabalho minucioso de crítica interna e externa. Essa é uma prática que já está posta para os historiadores profissionais desde o século XIX. No entanto, os documentos produzidos por órgãos oficiais durante períodos de exceção carregam algumas especificidades. Ao se analisar a produção documental de um órgão de informações, por exemplo, é preciso ter em mente que o discurso produzido pelos agentes tem a intenção de gerar suspeita sobre indivíduos e grupos sociais monitorados ou mesmo de culpabilizá-los. Portanto, ao tomarmos esse tipo de documentação como fonte histórica, temos acesso à lógica repressiva do regime e não propriamente às estratégias de resistência elaboradas por seus opositores.

TC: Você é editor-chefe do site *História da Ditadura*.⁶ Quais perspectivas futuras você apontaria aos novos pesquisadores sobre os

6 <http://historiadaditadura.com.br>

usos das redes sociais, sites e *podcasts* na divulgação científica do conhecimento histórico para um público mais amplo?

Paulo César Gomes: Durante o doutorado, eu comecei a trabalhar com divulgação de História, criando o site *História da Ditadura*, que foi o resultado de uma série de insatisfações com as possibilidades bastante limitadas da vida acadêmica. Eu pensei que poderia fazer algo para ampliar o público que acessa o conhecimento histórico produzido nas instituições universitárias, que tradicionalmente tem sua circulação restrita aos nossos próprios pares. Desde sua criação, em 2016, o projeto já passou por algumas modificações, mas continua ativo e nunca foi interrompido.

Em relação ao surgimento desse novo campo e suas possibilidades aos novos historiadores, gosto de contar um episódio que aconteceu há dois anos, quando fui oferecer um minicurso sobre História Pública e Divulgação Científica voltado para a questão da ditadura. Foi o primeiro minicurso que ofereci sobre esse tema e ele ocorreu durante o XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, que nessa ocasião aconteceu na PUC-RS. O minicurso foi uma experiência muito importante. Foi quando comecei a sistematizar toda uma prática que eu vinha tendo desde a criação do *História da Ditadura*. Sempre que eu faço essas viagens acadêmicas, aproveito para produzir conteúdo para o site. Nessa ocasião, entrevistei uma professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, nesse momento, eles estavam discutindo a implantação da História Pública como ênfase do Bacharelado. Essa professora me perguntou: “*Paulo, quais são as possibilidades profissionais da História Pública?*”. Porque é importante que a gente divulgue e leve o conhecimento que é produzido na academia para um público mais amplo, ou seja, que a gente socialize esse conhecimento. Na minha perspectiva, essa deveria ser uma das nossas principais preocupações, ao lado da realização de pesquisas que fazem avançar o conhecimento histórico. Acho que a produção historiográfica deve caminhar junto com sua socialização. São duas questões que deveriam vir juntas. De todo modo, a dúvida dessa professora era: “*Devemos investir na formação de alunos para que eles estejam aptos para divulgar o conhe-*

cimento que é produzido nas universidades?” Dito de outro modo: Quais são as possibilidades profissionais dos alunos formados para ter essa habilidade? Porque, no Brasil, quem se forma em História tem basicamente duas possibilidades: dar aula no Ensino Básico ou dar aula no Ensino Superior, onde também se deve atuar na área da pesquisa. Nesse sentido, para mim é muito claro que a habilitação de um aluno como historiador público ainda não gera, de fato, uma possibilidade profissional. Pensando não na qualidade da produção, mas no sentido de você se manter materialmente a partir desse trabalho. No momento atual, embora venham surgindo iniciativas muito boas e consistentes no campo da História Pública, essa área ainda não representa uma possibilidade profissional.

TC: Você poderia explicar a diferença entre História Pública e divulgação científica?

Paulo César Gomes: Se você perguntar para o Bruno Leal, do site *Café História*⁷, ou para o Icles Rodrigues, do canal *Leitura Obrigatória*,⁸ eles possivelmente irão dar respostas distintas. No Brasil, essa discussão é muito recente. Somente em 2011 foi publicado o primeiro livro que agrupa artigos que refletem sobre História Pública e divulgação⁹. Então, primeiro, é muito difícil definir o que é História Pública. De maneira geral, é uma forma de se pensar em um método para construir narrativas historiográficas em uma linguagem acessível a um público mais amplo. Essa operação demanda eliminar

para mim é muito claro que a habilitação de um aluno como historiador público ainda não gera, de fato, uma possibilidade profissional. Pensando não na qualidade da produção, mas no sentido de você se manter materialmente a partir desse trabalho. No momento atual, embora venham surgindo iniciativas muito boas e consistentes no campo da História Pública, essa área ainda não representa uma possibilidade profissional.

7 www.cafehistoria.com.br

8 <https://www.youtube.com/channel/UCtMjnvODdK1Gwy8psW3dzrg>

9 ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra & Voz, 2011.

jargões acadêmicos e abandonar o uso de uma linguagem hermética, lançando mão de ferramentas variadas. Isso pode ser desde uma aula pública na rua, como faz o *História ao Ar Livre*¹⁰, em Pernambuco, ou a partir do uso de ferramentas digitais, com *podcast*, sites, perfis de Instagram, Facebook etc. São múltiplas as possibilidades. No caso do Brasil, a História Pública teve, inicialmente, uma ligação muito forte com a História Oral. Foram os historiadores ligados a este campo que deram início às discussões sobre História Pública, realizando os primeiros eventos e viabilizando as primeiras publicações. Hoje em dia, é possível observar que os historiadores da área de teoria começam a ocupar um espaço cada vez mais significativo nos debates. De todo modo, são reflexões que acontecem sobretudo no meio acadêmico. Essa é uma característica que nos diferencia da maneira como a História Pública é vista dos Estados Unidos, por exemplo. Lá a tônica desse campo é sua ligação com o mercado de trabalho e não há necessariamente uma ligação direta com os debates acadêmicos. Já a divulgação científica, do meu ponto de vista, é uma das possibilidades da História Pública. E aí eu falo divulgação do conhecimento histórico, embora a gente também fale divulgação científica, embora haja toda a problemática sobre a História ser ou não uma ciência, que é outra discussão. A divulgação do conhecimento histórico segue algumas regras específicas. Em geral, se eu fosse usar a tipologia do Ricardo Santhiago, eu falaria que a divulgação é uma História produzida para o público.¹¹ Na minha perspectiva, mesmo que haja uma negociação com o público que se deseja alcançar, ou seja, mesmo que levemos em consideração as questões que incomodam a sociedade em determinado momento, quem tem autoridade para divulgar é o historiador profissional. Se a gente passa por uma formação de graduação, mestrado e doutorado para se tornar um pesquisador, uma pessoa que não tenha essa formação não tem condições de compartilhar com um profissional a autoridade de fazer divulgação considerando todo o rigor do método historiográfico. Acho que sobretudo neste momento em que se vive um recrudescimento de práticas autoritárias e a as-

10 https://www.facebook.com/HistoriaAoArLivre/about/?ref=page_internal

11 SANTHIAGO, Ricardo. "Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil". In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentido e itinerários*. São Paulo: Letra & Voz, 2016.

censão do negacionismo, cada vez mais temos que reafirmar nossa autoridade como profissionais habilitados para desmontar esses discursos, reforçando a importância dos métodos, das perspectivas teóricas, das fontes e da pesquisa. Isso não quer dizer que eu defenda que apenas historiadores profissionais possam falar sobre História. Cada um pode falar o que quiser, não importa. Mas é preciso reforçar que a produção historiográfica, seja com fins acadêmicos, seja para divulgar, não é mera opinião. Trata-se de um conhecimento produzido com base em um método e que precisa ser validado pelos pares. Nesse sentido, penso que a divulgação tem um papel muito importante, porque nos permite não apenas estabelecer formas de comunicação que alcancem um público mais amplo, tentando fortalecer o papel da disciplina histórica como conhecimento válido sobre o passado, mas também nos possibilita expor para o público como se chega a esse conhecimento. Habitualmente, nós já apresentamos nossos artigos finalizados, nossos livros publicados, mas quem não é pesquisador, ou não conhece minimamente os métodos de pesquisa, não sabe como chegamos àqueles resultados. Portanto, expor o processo de pesquisa para o público, mostrando quais etapas seguimos para chegar a determinadas conclusões pode facilitar a compreensão de que trabalhamos para produzir conhecimento, e não opinião.

Acho que sobretudo neste momento em que se vive um recrudescimento de práticas autoritárias e a ascensão do negacionismo, cada vez mais temos que reafirmar nossa autoridade como profissionais habilitados para desmontar esses discursos, reforçando a importância dos métodos, das perspectivas teóricas, das fontes e da pesquisa. Isso não quer dizer que eu defenda que apenas historiadores profissionais possam falar sobre História. Cada um pode falar o que quiser, não importa. Mas é preciso reforçar que a produção historiográfica, seja com fins acadêmicos, seja para divulgar, não é mera opinião. Trata-se de um conhecimento produzido com base em um método e que precisa ser validado pelos pares.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908